

**Textos & contextos
educativos:**
vivências na escola

Eraldo Madeiro

Textos & contextos
educativos:
vivências na escola



Rio de Janeiro

2016



O AUTOR responsabiliza-se inteiramente pela originalidade e integridade do conteúdo da sua OBRA, bem como isenta a EDITORA de qualquer obrigação judicial decorrente da violação de direitos autorais ou direitos de imagem contidos na OBRA, que declara, sob as penas da Lei, ser de sua única e exclusiva autoria.

Textos & contextos educativos:

vivências na escola

Copyright © 2016 Eraldo Madeiro

Todos os direitos são reservados no Brasil

PoD Editora

Rua Imperatriz Leopoldina, 8 – sala 1110

Centro – Rio de Janeiro – Tel. 21 2236-0844

www.podeditora.com.br

atendimento@podeditora.com.br

Diagramação, Impressão e Acabamento:

Pod Editora

Foto Capa: *Pizabay.com*

Nenhuma parte desta publicação pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico, fotocópia, gravação, nem apropriada ou estocada em banco de dados sem a expressa autorização do autor.

CIP-BRASIL. Catalogação-na-Fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

M153t

Madeiro, Eraldo

Textos & contextos educativos: vivências na escola/ Eraldo Madeiro. - Rio de Janeiro : PoD, 2016.

82p. 15cm

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-8225-117-1

1. Educação – Finalidades e objetivos.
2. Prática de ensino.
3. Aprendizagem. I. Título.

16-36063.

CDD: 370.71

CDU: 37.02

12/09/2016

Sumário

Apresentação.....	7
1 Princípios da gestão democrática	9
2 Educação de jovens e adultos: uma retrospectiva histórica.....	12
3 O papel da supervisão e orientação educacional para a integração escolar.....	16
4 Orientação educacional, subversões de paradigmas e alternativas para a Escola...	20
5 A prática educativa como política de formação.....	24
6 A racionalidade instrumental-emanipatória na prática educativa	28
7 A prática educativa como ação interdisciplinar.....	32
8 A prática educativa como ação dialógica e produção do conhecimento	36
9 A prática educativa como ideologia.....	39
10 Alfabetização, letramento e cultura escrita.....	43
11 O lugar do corpo, musicalidade e brincadeira no currículo da educação infantil.....	47
12 Os jogos e as brincadeiras como elementos formativos.....	51
13 Fundamentos, pressupostos, princípios básicos e função do lúdico na educação infantil.....	55
14 Concepção de currículo na educação infantil e ensino fundamental.....	59
15 A prática educativa sob a forma de estágio supervisionado na educação infantil.....	63
16 O processo de construção e aquisição da leitura e da escrita.....	67
17 Didática da educação infantil e ensino fundamental.....	71
Referências	75

Apresentação

A necessidade de registro e comunicação das reflexões suscitadas nos contatos durante os processos de estudos para os concursos da carreira do magistério superior levou-me a organizar diversas releituras dos temas apresentados para tais processos de seleção.

Procuro reunir textos voltados diretamente para as diversas práticas vivenciadas no cotidiano dos contextos escolares. Assim, o leitor encontrará textos que vão do pedagógico até mesmo à educação infantil.

Nos últimos anos temos constatado uma preocupação crescente com o preparo do coordenador pedagógico e dos diversos profissionais da educação, seja por meio de cursos de especialização, seja por meio de programas de educação continuada nas redes municipais e estaduais de ensino.

Tal preocupação nos incentiva a organizar esta coletânea de textos, dando uma continuidade ao diálogo já aberto com os gestores, supervisores, orientadores e professores de toda a educação básica.

Espero mais uma vez que esta oportunidade de comunicação e divulgação de experiências e reflexões vividas por mim durante minha corrida à universidade possa ser útil a todos da comunidade educativa.

1

Princípios da gestão democrática

A gestão escolar democrática é assunto de grande repercussão nas escolas atuais. No entanto, antes de aprofundar o assunto, torna-se necessário esclarecer o que é a gestão escolar e apresentar a gestão escolar democrática ou participativa, como denominada por alguns autores.

A gestão escolar tem como foco a observação da escola e dos problemas educacionais globalmente, por meio de uma visão estratégica e de conjunto. Conforme Luck (2000), a gestão escolar é uma dimensão, um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si mesma.

De acordo com Luck (2000), a gestão democrática tem como fundamento inicial a descentralização da educação. A descentralização deve ser praticada, tendo como pano de fundo não apenas essas perspectivas de democratização da sociedade, mas também a promoção de uma melhor gestão de processos e recursos.

A autonomia da gestão escolar é um dos quatro pilares sobre os quais se assentam a eficácia escolar, apresentados por Luck (2000). Para a autora, o conceito de autonomia da escola está relacionado com tendências mundiais de globalização e mudança de paradigmas.

A efetivação da autonomia escolar está associada a uma série de características, umas ocorrendo como desdobramentos de outras, formando um único conjunto. O trabalho de gestão escolar exige o exercício de múltiplas competências específicas. Essa diversidade de experiências é um desafio para os gestores, cabendo aos sistemas organizar experiências capazes de orientá-los nesse processo.

Ghanem (1998) considera que é fundamental um processo de formação continuada para a formação dos gestores. A constituição federal brasileira de 1998 foi um importante marco para a democratização da educação. A constituição cidadã reforçou o movimento de gestão democrática da educação, que teve grande avanço nas décadas de 1980 até meados de década de 1990, quando foi, então, promulgada a atual Lei de Diretrizes e Bases

(LDB), que contemplou, em seus artigos 14 e 15, os princípios norteadores da gestão democrática.

Para Sousa (2007), o caráter deliberativo da autonomia assume uma posição ainda articulada com o estado. É preciso que o gestor seja formado para perceber as diversas redes que compõem o conhecimento; é um processo que envolve muito mais do que controlar o uso e o acesso às tecnologias disponíveis, já que, na formação, ele também aprende a buscar os caminhos possíveis para desempenhar seu papel.

O desempenho do gestor escolar requer comprometimento, liderança, capacidade administrativa e, sobretudo, ações permeadas pela liberdade, autonomia, responsabilidade e atitudes democráticas.

2

Educação de jovens e adultos: uma retrospectiva histórica

Lançando um olhar mais atento em torno da educação de jovens e adultos, pode-se perceber hoje a heterogeneidade do alunado presente na sala de aula. São homens e mulheres, jovens e adultos, negros e brancos, empregados e desempregados em busca do primeiro emprego. Em sua maioria são moradores de comunidades periféricas, que veem na escolarização a possibilidade para a melhoria da sua condição socioeconômica e cultural.

Em nosso país, o percurso sócio-histórico da educação de jovens e adultos é marcado por enfrentamentos, lutas e embates políticos e pedagógicos, os quais, a partir de 1960, por meio de ações populares, tiveram, na educação popular, a principal expressão de reivindicação por uma educação de qualidade para todos, sobretudo para os grupos sociais marcados por processos de exclusão dos sistemas de ensino.

Entretanto, desde a EJA, vista como medida compensatória, passando pelas lutas populares, pela alfabetização de adultos até a conquista do direito à vivência da vida adulta como importante ciclo de formação humana, há um longo caminho a ser percorrido.

O marco histórico da retomada da educação de jovens e adultos na esfera política e nas políticas públicas educacionais partiu da redemocratização do país com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nos anos mais recentes a configuração do campo da EJA traz consigo discussões bem tensas. A principal delas é que os processos de escolarização da EJA não deveriam se limitar a conteúdos disciplinares e, conseqüentemente, desprezar outras experiências educativas, sendo algumas delas herdadas da educação popular. Os defensores de tal posição alertam para o perigo de que a educação de jovens e adultos se afaste da concepção de direito do jovem e adulto à vivência digna de educação de acordo com as especificidades do seu ciclo de formação.

É nesse sentido que Arroyo (2005, p. 31) diz que “a EJA sempre aparece vinculada a

outro projeto de sociedade, um projeto de inclusão do povo como sujeito de direitos”. Trata-se do direito à vivência plena e à garantia de processos educativos que vão além da escolarização.

Assim, uma das principais críticas em torno do processo de escolarização da educação de jovens e adultos consiste na constatação de que, se essa modalidade de ensino se torna escolarizada, suas práticas de ensino e aprendizagem também se escolarizam.

É possível perceber, nas escolas, a sensibilidade de alguns professores em conceber que os processos de escolarização da educação de jovens e adultos não devem se restringir à mera transmissão de conteúdos. Todavia, durante o trabalho docente, verifica-se que, de forma geral, o processo de ensino-aprendizagem é pautado muito mais pela transmissão de conteúdos e menos pela exploração dos potenciais dos alunos.

Soares (2001, p. 205) corrobora com essa análise ao refletir sobre as necessidades de aprendizagens de jovens e adultos, ressaltando que a ênfase principal da modalidade de ensino da EJA não deve situar-se nem na as-

simulação da cultura privilegiada, seus conhecimentos e seus métodos, nem na preparação para o mundo do trabalho.

Dayrell (2005) também caminha na mesma orientação. Segundo ele, a análise do campo educativo da EJA deverá ser feita de forma bastante ampla, abrangendo aspectos sociais, culturais e históricos. Dessa forma a EJA não se reduz à escolarização, à transmissão de conteúdos, e sim aos processos educativos amplos relacionados à formação humana, como sempre deixou claro Paulo Freire.

3

O papel da supervisão e orientação educacional para a integração escolar

O pedagogo ocupa um amplo espaço na organização do trabalho pedagógico, sendo um articulador no processo de formação cultural que se dá no interior da escola. Sua presença é fundamental na organização das práticas pedagógicas e, conseqüentemente, na efetivação das propostas. É o mediador no processo ensino-aprendizagem, de forma a garantir a consistência das ações pedagógicas e administrativas.

Ao longo da história educacional brasileira, o pedagogo apresenta-se como um profissional com características indefinidas. Com formação no curso de pedagogia, que não apresenta uma identidade a respeito da atuação dos futuros profissionais, atravessa diversas mudanças, desde a formação geral até às habilitações específicas.

Devido às mudanças ocorridas no processo ensino-aprendizagem e ao aumento

compulsivo da demanda, determinado pela legislação vigente e à imposição social, nas últimas décadas a escola pública tem assumido diversos papéis. Soma-se a isso a preocupação em manter sua população com frequência regular e aproveitamento acadêmico satisfatório, buscando evitar a evasão e repetência, bem como a defasagem que se acumula ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Com a democratização do acesso à escola pública, esta passa a apresentar condições de funcionamento cada vez pior. A rede pública passa, então, a atender uma população totalmente diversa daquela à qual estava habituada a servir, só que agora sob precárias condições de funcionamento (PARO, 2006, p. 86).

O fato apresentado vem causando uma desorganização cada vez maior dos papéis funcionais, fazendo com que os profissionais se desvinculem de sua função para assumir outras atribuições determinadas, tornando-os confusos quanto à especificidade do trabalho a ser desempenhado por eles, gerando, conseqüentemente, a indisciplina organizacional.

O pedagogo ocupa um espaço amplo na unidade de ensino, tornando-se um ponto de

apoio às demais funções da escola. Embora não reconhecido em sua especificidade, acaba, muitas vezes, sendo influenciado pela prática do imediatismo, socorrendo cotidianamente os conflitos e problemas emergenciais.

Huberman (1986, p. 8) afirma que, na verdade, os pedagogos não trabalham com uma disciplina científica aplicada, mas com uma situação de múltiplos determinismos. Neste contexto, encontram-se os pedagogos que atuam nas escolas preenchendo as demandas em equipes pedagógicas. Ora são supervisores escolares, ora são coordenadores pedagógicos, ora são orientadores educacionais e são atualmente denominados professores pedagogos, desempenhando diversas funções, vinculadas ou não ao seu papel.

A diversidade de funções que são atribuídas ao pedagogo, através das ocorrências disciplinares, infracionais e administrativas, toma conta da maior parte do tempo, o qual poderia ser estendido para a organização e acompanhamento do trabalho pedagógico.

Para Pimenta (1995, p. 177), a situação precária das instituições escolares, hoje, coloca um conjunto de problemas cotidianos. Tal

quadro exige dos especialistas se incumbirem da solução dos problemas imediatos. Isso faz com que percam de vista, no interior da escola, a característica principal deste profissional, que é planejar, decidir, coordenar, executar ações, acompanhar, controlar e avaliar as questões didáticas e pedagógicas de forma articulada, buscando a efetivação no processo ensino-aprendizagem.

Saviani (1995) afirma que o pedagogo é aquele que domina, sistemática e intencionalmente, as formas de organização do processo de formação cultural que se dá no interior das escolas. Neste sentido, é preciso definir papéis na escola a partir de referencial teórico consistente, situando a importância da função de cada um de forma articulada coletivamente.

Neste aspecto, a presença do pedagogo é fundamental. É ele que irá articular a organização das práticas pedagógicas e, consequentemente, a efetivação das propostas. É esse profissional o articulador do processo ensino-aprendizagem, de forma a garantir a consistência das ações pedagógicas e administrativas.